

Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

2



Anna Paula Lombardi
(Organizadora)

 **Atena**
Editora

Ano 2019

Anna Paula Lombardi

(Organizadora)

**Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais
Aplicadas
2**

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

A772 Arqueologia das ciências humanas e sociais aplicadas 2 [recurso eletrônico] / Organizadora Anna Paula Lombardi. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; v. 2)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-050-6

DOI 10.22533/at.ed.506191601

1. Arquitetura e urbanismo. 2. Espaço urbano. 3. Patrimônio cultural. I. Lombardi, Anna Paula. II. Série.

CDD 720

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas” aborda uma série de livros de publicação da editora Atena. O volume 2, apresenta 24 capítulos sobre os aspectos relevantes do espaço urbano das cidades brasileiras apresentando uma diversidade de pressuposições. Os capítulos exibem a preocupação em relatar as particularidades de caráter social, econômico, político e cultural sob as diferentes perspectivas dos autores que disponibilizaram seus estudos nesta obra.

Os capítulos se dedicam a apresentar estudos atuais como as cidades inteligentes e o potencial para desenvolvimento urbano, o direito a cidade e a crise do capital, sustentabilidade nas cidades, as comunidades tradicionais e as suas distinções culturais no campo, representações sociais nas cidades e o Patrimônio histórico com significados normativos e sociais no espaço urbano.

Neste volume, os capítulos apresentam uma riqueza de detalhes e peculiaridades do espaço urbano e suas pressuposições. A importância desses estudos, estão evidenciados na formação em nível de graduação e pós-graduação de acadêmicos registrando um salto quantitativo e qualitativo nas últimas décadas corroborando com a relevância dos temas abordados.

Aos leitores desta obra, que ela possa inspirar a criação de novos e sublimes estudos, proporcionando discussões e propostas para um conhecimento significativo.

Anna Paula Lombardi

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
SMART CITIES NO BRASIL - REALIDADE OU AINDA SONHO?	
<i>Patrícia Pacheco Alves de Oliveira</i>	
<i>Hugo Bona de Carvalho</i>	
<i>Beatriz Natália Guedes Alcoforado Aguiar</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5061916011	
CAPÍTULO 2	13
CITY MARKETING, TURISMO E IDENTIDADE: ENTRE A PERCEPÇÃO E A POTENCIALIZAÇÃO DOS ESPAÇOS DA VILA DE PARANAÍACABA	
<i>Fernanda Figueiredo D'Agostini</i>	
<i>Tania Cristina Bordon Miotto Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5061916012	
CAPÍTULO 3	24
O DIREITO À CIDADE NO PROJETO ORLA	
<i>Pedro Paulo de Miranda Araújo Soares</i>	
<i>Sandra Helena Ribeiro Cruz</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5061916013	
CAPÍTULO 4	37
A CRISE DO CAPITAL E A NEGAÇÃO DO DIREITO À CIDADE	
<i>Rayssa Bernardino de Lacerda</i>	
<i>Maria de Lourdes Soares</i>	
<i>Edna Tânia Ferreira da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5061916014	
CAPÍTULO 5	47
RELAÇÕES HUMANAS E SUSTENTABILIDADE SOCIAL: A REALIDADE DAS CIDADES	
<i>Elisangela Artmann Bortolini</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5061916015	
CAPÍTULO 6	60
IMPACTOS TERRITORIAIS NA COMUNIDADE PESQUEIRA DE MANGUINHOS (SERRA/ES): UM ESTUDO DE CASO	
<i>Pauliane Gonçalves Moraes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5061916016	
CAPÍTULO 7	84
PRODUZIR CONVENCIONALMENTE OU INOVAR? O MAPA DA ACEITAÇÃO: A SUBJETIVIDADE EM JOGO - ESTUDO DE CASO DO ASSENTAMENTO ANDER RODOLFO HENRIQUE DIAMANTE D' OESTE PARANÁ	
<i>Andre Luiz de Souza</i>	
<i>Miguel Ângelo Lazzaretti</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5061916017	

CAPÍTULO 897

POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS: SINGULARIDADE DA EXISTÊNCIA E CONFLITOS COM O AGRONEGÓCIO

Anatália Daiane de Oliveira Ramos
Cristiano Apolucena Cabral
Eva Emilia Freire do Nascimento Azevedo
Edson Caetano

DOI 10.22533/at.ed.5061916018

CAPÍTULO 9 109

MESSIANISMO E CANGAÇO DESVENDADOS EM VERSO E PROSA

Dora Vianna Vasconcellos

DOI 10.22533/at.ed.5061916019

CAPÍTULO 10 120

NOS RASTOS DA FEIRA INTERNA E EXTERNA

Thiago Oliveira da Silva
Anderson Przybyszewski Silva

DOI 10.22533/at.ed.50619160110

CAPÍTULO 11 129

DA ILHA A METRÓPOLE: PARTICULARIDADES E CONSEQUÊNCIAS DE UM PERCURSO CERCADO DE PERSPECTIVAS, DESILUSÕES E DISTINTAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Clícia Danielly Barbosa Alcântara
David das Neves Aires
Maria Lúcia Dias Gaspar Garcia

DOI 10.22533/at.ed.50619160111

CAPÍTULO 12 140

CONTRADIÇÕES DO ESPAÇO SOCIAL: ESTUDO DAS REPRESENTAÇÕES CONTRÁRIAS À MINERAÇÃO DE OURO EM PARACATU, MG

Luís Fernando Silva Andrade
André Luiz de Paiva
Valderí de Castro Alcântara
Flávia Luciana Naves Mafra

DOI 10.22533/at.ed.50619160112

CAPÍTULO 13 159

O CENÁRIO HABITACIONAL E SUA REPERCUSSÃO NA VIDA DO IDOSO BRASILEIRO

Eleusy Natália Miguel
Simone Caldas Tavares Mafra

DOI 10.22533/at.ed.50619160113

CAPÍTULO 14 170

A JUDICIALIZAÇÃO DA QUESTÃO AGRÁRIA: QUILOMBO BOA VIDA MATA CAVALO

Elen Carolina Martins
Marluce Aparecida Souza e Silva

DOI 10.22533/at.ed.50619160114

CAPÍTULO 15..... 185

ESTRATÉGIAS DE PESQUISA DOCUMENTAL EM RUAS COMERCIAIS DE INTERESSE HISTÓRICO: O CASO DA AVENIDA DUQUE DE CAXIAS EM LONDRINA-PR

Eloisa R. Ribeiro Rodrigues

Elisa Roberta Zanon

Letícia Cabrera

DOI 10.22533/at.ed.50619160115

CAPÍTULO 16..... 202

O MERCADO IMOBILIÁRIO COMO DOCUMENTO: O CASO DO APARTAMENTO CONTEMPORÂNEO DO SÉCULO XXI NA CIDADE DE SÃO PAULO

Gabriela Tiemi Minagawa Yokota

Sandra Regina Casagrande de Moraes

DOI 10.22533/at.ed.50619160116

CAPÍTULO 17 221

BOA ESPERANÇA ONTEM E HOJE: A EVOLUÇÃO URBANA DA CIDADE A PARTIR DA CONSTRUÇÃO DA HIDRELÉTRICA DE FURNAS.

João Paulo Chagas Maia Vilela

Mauro Santoro Campello

DOI 10.22533/at.ed.50619160117

CAPÍTULO 18..... 237

IMAGEM E ARQUITETURA: DIÁLOGOS ENTRE IDENTIDADE E MEMÓRIA SOCIAL NAS PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS EM PALMAS – TO

Thiago Henrique Omena

Bruna Coelho Alves Meneses

Estéfani Marx

Lourranny Parente Silva

DOI 10.22533/at.ed.50619160118

CAPÍTULO 19 253

INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO FERROVIÁRIO: DOCUMENTO E INSTRUMENTO DA POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO

Claudiana Cruz dos Anjos

DOI 10.22533/at.ed.50619160119

CAPÍTULO 20 270

MOTIVOS PARA INVENTARIAR O INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO ASSIS BRASIL – 1942, NA CIDADE DE PELOTAS/RS

Lisiê Kremer Cabral

Ana Lúcia Costa de Oliveiras

DOI 10.22533/at.ed.50619160120

CAPÍTULO 21..... 282

A RESSIGNIFICAÇÃO SOCIAL DO USO DO ESPAÇO PÚBLICO REVITALIZADO

Ana Estela Vaz Xavier

Marina Xavier Carpena

DOI 10.22533/at.ed.50619160121

CAPÍTULO 22	297
O PATRIMÔNIO URBANO E ARQUITETÔNICO DA PEQUENA CIDADE DO OESTE PAULISTA: DA PERCEPÇÃO DO LUGAR PRATICADO AO PROJETO DE INTERVENÇÃO	
<i>Hélio Hirao</i>	
<i>Matheus Alcântara Silva Chaparim</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50619160122	
CAPÍTULO 23	308
AS FONTES DOCUMENTAIS PARA CONHECIMENTO E ENTENDIMENTO DA CIDADE: A LEITURA DA MORFOLOGIA URBANA DA RUA MARECHAL DEODORO ATRAVÉS DOS INSTRUMENTOS NORMATIVOS / LEGISLATIVOS - JUIZ DE FORA/MG	
<i>Daniel de Almeida Moratori</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50619160123	
CAPÍTULO 24	321
A VERTICALIZAÇÃO E ESPRAIAMENTO HORIZONTAL COMO RESULTADO DA ATUAL CONFIGURAÇÃO URBANA DA CIDADE DE TERESINA-PI	
<i>Giesse Monteiro Alves de Andrade</i>	
<i>Gustavo Borges Vieira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50619160124	
SOBRE A ORGANIZADORA	335

O DIREITO À CIDADE NO PROJETO ORLA

Pedro Paulo de Miranda Araújo Soares

Universidade Federal do Pará, Programa de Apoio à Reforma Urbana, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social
Belém – Pará

Sandra Helena Ribeiro Cruz

Universidade Federal do Pará, Faculdade de Serviço Social, Programa de Apoio à Reforma Urbana, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social
Belém – Pará

RESUMO: Este artigo resulta de pesquisa e extensão realizados pelo Grupo de Pesquisa Políticas Urbanas e Movimentos Sociais na Amazônia Globalizada, que busca refletir sobre as estratégias de luta e mobilização dos moradores do Projeto Orla frente a um processo de exclusão e marginalização de seus espaços de pertencimento. Em função de grandes obras, desde 2008 os moradores da área foram deslocados de suas casas, nunca tendo recebido uma unidade habitacional ou indenização. Conclui-se que, ao mesmo tempo em que o bairro se valoriza após a intervenção, os moradores que recebem um auxílio-aluguel da prefeitura sofrem pressões para abandonar a área e se mudarem para conjuntos populares construídos em bairros distantes, o que evidencia os efeitos segregativos da urbanização no

sistema capitalista.

PALAVRAS-CHAVE: Direito à Cidade; Movimentos Sociais; Projeto Orla; Portal da Amazônia.

ABSTRACT: This work results from research and extension carried out by the Research Group on Urban Policy and Social Movements in the Globalized Amazon, which reflects upon strategies of political mobilization of the inhabitants of the *Projeto Orla* against a process of exclusion and marginalization from their dwelling place. Due to large-scale public Works, in 2008 local residents were displaced without having received decent housing or indemnification. The research concludes that as the neighborhood goes through a process of gentrification after the public works, local residents still living in the area face a market-based eviction process, being pushed to popular housing projects located in distant neighborhoods, reinforcing the segregating effects of urbanization under capitalism.

KEYWORDS: Right to the city; Social Movements; *Projeto Orla*; *Portal da Amazônia*.

1 | INTRODUÇÃO

Para David Harvey (2012), a urbanização sob o capitalismo se caracteriza pela necessidade

constante de reinvestimento do excedente de produção, o que tem impactos diretos nos modos de funcionamento do mercado imobiliário e nas políticas de uso do solo urbano. Em outras palavras, uma das formas mais recorrentes de reinvestimento do excedente é o incremento do ambiente construído. Daí a necessidade de aproveitamento dos vazios urbanos com projetos que sejam lucrativos para a iniciativa privada, que gerem consumo e que tragam algum tipo de retorno ao Estado.

Sendo essa uma necessidade do capital e não das pessoas, nesse processo os interesses de setores empresariais da construção civil acabam se sobrepondo às necessidades da população, sobretudo dos mais pobres. A habitação popular, como exemplifica Raquel Rolnik (2015) é um dos setores em que há menos lucro para as construtoras. Essa atividade só é rentável para as empresas se alguns condicionantes são satisfeitos como, por exemplo, o baixo custo dos terrenos onde será construído o empreendimento, baixo custo dos materiais utilizados, alta densidade de unidades habitacionais por projeto e a presença de subsídios estatais.

Segundo Harvey (2012) esta lógica tem ameaçado o direito à cidade, o que para o autor é uma forma de direito humano, mas que deve ser considerado de modo crítico e em contraposição à racionalidade hegemônica neoliberal. Para Harvey, «o direito à cidade está muito longe da liberdade individual de acesso a recursos urbanos: é o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade» (2012, p.74). Esta mudança implica em processos coletivos e dialogados. Não se trata da fragmentação pelos direitos e escolhas individuais que transformam a maneira de vivenciar a cidade, mas de um projeto comum de qualidade de vida que passa pelos coletivos sociais engajados, pelo bairro e, no caso de Belém, pelas bacias hidrográficas que conectam água, solo e moradores em uma relação de interdependência política e ecossistêmica que evidentemente excede os indivíduos.

O presente trabalho foi desenvolvido a partir das atividades de pesquisa do GPPUMA (Grupo de Pesquisa em Política Urbana e Movimentos Sociais na Amazônia Globalizada) e das ações do PARU (Programa de Apoio à Reforma Urbana), um programa de Extensão Universitária que existe há 30 anos ligado à Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal do Pará. Ao longo dessas três décadas o PARU vem desenvolvendo ações principalmente no que se refere à assessoria aos movimentos sociais populares que defendem o Direito à Cidade, tendo como principal premissa o fortalecimento da sua organização em defesa de suas reivindicações e de sua interlocução com o Estado. Por meio do projeto de extensão “Assessoria a Movimentos Sociais Urbanos de Belém”, temos registrado e acompanhado os moradores deslocados pelo Projeto Orla, na Bacia da Estrada Nova, em audiências públicas, assembleias comunitárias, reuniões com agentes da prefeitura municipal de Belém, participando também das etapas preparatórias para estes eventos. Um processo de diálogo e troca foi estabelecido entre a academia e a Associação dos Moradores do Projeto Portal da Amazônia, que reivindicam a conclusão de um projeto habitacional abandonado pela prefeitura. O PARU produziu materiais que subsidiaram

as reivindicações dos moradores e seu diálogo com o Estado, ao mesmo tempo em que esta experiência de extensão foi sendo convertida em dados de pesquisa. Ao mesmo tempo socializamos os resultados de pesquisas já realizadas por docentes e discentes do GPPUMA, PARU e outros grupos como o GEP-CIHAB (Grupo de Estudos e Pesquisas Cidade, Habitação e Espaço Urbano), também pertencente à Faculdade de Serviço Social da UFPA.

Tanto os trabalhos de pesquisa, quanto o de extensão estão alicerçados no método dialético-crítico (PRATES, 2016; IANNI, 2011). A escolha desse método se justifica porque tanto a pesquisa quanto a extensão se interessam por problemas teórico-práticos, isto é, como garantir o direito à cidade e o direito à moradia digna em um contexto de urbanização que gera desigualdades e que mercantiliza os espaços da cidade, ao mesmo tempo em que se observa a fragmentação e desorganização das lutas sociais. Além disso, o método permite a articulação dos dados produzidos em campo com processos mais globais, na medida em que as categorias teóricas do método – como produção, mercadoria – se articulam às categorias empíricas desveladas na convivência *in loco* com os interlocutores da pesquisa. Isso possibilita o trânsito constante entre o geral e o particular, o que é fundamental para entender o movimento da produção da cidade na era global, bem como a sua transformação em mercadoria.

2 | O PORTAL DA AMAZÔNIA E O PROJETO ORLA

Os últimos meses de 2017 e os primeiros de 2018 foram marcados por um intenso processo de luta e mobilização por parte dos moradores da Bacia da Estrada Nova em Belém, mais especificamente na região conhecida popularmente como Portal da Amazônia. Convencionou-se chamar de Portal da Amazônia aquele que é, até o momento, o principal produto do Projeto Orla: uma longa extensão de aterro sobre o Rio Guamá que recebeu equipamentos de lazer como quiosques, quadras poliesportivas e ciclovias. Trata-se de uma orla que recebe os habitantes de Belém para suas atividades esportivas, culturais, de lazer e de contemplação do rio.

É necessário destacar que esta nova orla – ou “o Portal”, como é chamada – é até o momento a maior iniciativa de abertura de “janelas para o rio”, num contexto urbano em que até o início dos anos 2000 o acesso ao rio era bloqueado às camadas médias e altas pelos hangares da companhia das docas do Pará, por empresas particulares, transportadoras, estâncias, portos públicos conjugados a feiras populares e casas palafitas. Nota-se que, muito embora grande parte da orla de Belém fosse privatizada, havia uso e relação com as águas circundantes por parte da população de baixa renda que utilizava os portos como espaços trânsito e de sociabilidade. Os habitantes das palafitas também aproveitavam a proximidade com a água para manutenção de seus modos de vida ribeirinhos, usando a pesca e o transporte para as ilhas como estratégia

de sobrevivência. Como discute o trabalho de Carmen Izabel Rodrigues (2008) sobre o bairro do Jurunas, havia um intenso trânsito que proporcionava trocas econômicas e culturais entre os habitantes dos bairros próximos ao Rio Guamá e os moradores do arquipélago defronte a Belém.

Seguindo a linha de reflexões já existentes sobre a reconfiguração das margens fluviais de Belém (PONTE, 2005; 2006), fica evidente que nos contrapomos à ideia de que a intervenção no Portal da Amazônia se justifica pela necessidade de criar “janelas para o rio” em uma cidade que cresceu e se desenvolveu de costas para suas margens fluviais. De fato, parte da cidade foi construída “de costas” para o rio a partir do momento em que as camadas sociais mais abastadas buscaram as áreas mais altas e secas para estabelecerem moradia, ficando as classes populares com as áreas baixas e úmidas próximas aos córregos e igarapés, bem como de extensões das margens da Baía do Guajará e do Rio Guamá que não eram consideradas estratégicas para a ocupação pelo Estado ou por empresas privadas. Logo, duas cidades foram construídas ao longo do tempo: uma que negou o rio – a das classes médias e altas – e uma que manteve a relação com o rio – a cidade das classes populares.

Outro aspecto do Projeto Orla é que este se apresenta como uma extensão do roteiro geoturístico de Belém que abrange a região da Avenida Presidente Vargas, a Estação das Docas, o Ver-o-peso, o Complexo Feliz Luzitânia e o Mangal das Garças, integrando esta grande mancha de equipamentos culturais e de lazer que abrange três bairros (Campina, Cidade Velha e Jurunas) em contato com a Baía do Guajará e o Rio Guamá. Neste contexto, o Projeto Orla simboliza um ambicioso projeto de classe de retomada das áreas ribeirinhas da cidade em um contexto sociocultural de revalorização do rio e de popularização das intervenções urbanísticas do tipo *waterfront*, cujo paradigma ainda é o da cidade de Barcelona (BORJA, 2001).

Ao poder público coube o papel de equacionar os interesses sobre o uso dessas áreas, o que deveria incluir medidas destinadas à população de baixa renda que historicamente ocupou a orla, sobretudo nos bairros do Jurunas, Condor, Guamá, aqueles que foram ou serão impactados por obras relacionadas ao Projeto Orla. Os processos de luta e mobilização de moradores da área do Portal da Amazônia que vem sendo acompanhados pelo PARU (Programa de Apoio à Reforma Urbana) se dão por conta dos impactos negativos das obras do Projeto Orla e, sobretudo, pela ineficácia do poder público municipal em oferecer uma solução satisfatória para os moradores da área que foram deslocados de suas residências em função das obras.

Conforme consta em um Plano de Reassentamento produzido pela Secretaria Municipal de Habitação ainda em 2008, o projeto habitacional do Portal da Amazônia:

O projeto urbanístico para a orla da Estrada Nova, sub-bacia 01, terá 360 unidades habitacionais destinadas ao reassentamento de famílias residentes em áreas afetadas pelo projeto da Orla da Estrada Nova e localiza-se confluência da Passagem Osvaldo de Caldas Brito, entrada pela Beira-mar se estendendo até a Orla, abrangendo as vilas: Elaine, Passarinho, Valério Amorim, Santos, Palmito,

Santa Rita, Gigi e Passagem Beira-mar.

Sendo que, de acordo com o levantamento sócio-econômico (2008), dos imóveis da área correspondeu a um total de 382 cadastros, referentes a 382 benfeitorias. Logo, as 22 benfeitorias excedentes deverão ser contempladas, com a relocação das 22 famílias, em outra área (sub-bacia 02).

As habitações foram distribuídas em blocos de dois pavimentos. Essa tipologia permite que se busque adensamento, a partir da verticalização das habitações, sem aumento excessivo dos custos de execução e com aumento na área total de cada lote.

O conjunto habitacional se constituirá de 45 blocos com 08 apartamentos em cada bloco (totalizando 360 unidades habitacionais), mais áreas remanescentes (paisagismo, praça, e área de lazer). Cada bloco terá 02 pavimentos e será revestido externamente com reboco paulista com pintura em PVA para exteriores, terá telhado em telha de barro, sendo sua estrutura em madeira. (BELÉM, 2008, p.11)

Com o tempo, estes números foram mudando. Das 382 famílias cadastradas, 22 seriam reassentadas na sub-bacia 2 da Estrada Nova, permanecendo ainda 360 famílias a aguardar suas unidades habitacionais na orla, no mesmo lugar onde habitavam anteriormente à intervenção. Dessas 360, apenas 16 receberam seus apartamentos em 2011. Em 2016, a Associação dos Moradores do Projeto Portal da Amazônia contabilizava 288 moradores esperando as unidades habitacionais na orla e recebendo auxílio-aluguel. Entre 2016 e 2018, a Associação permaneceu pressionando o poder público e lutando contra a diminuição do número de associados à espera da moradia.

A queda nesses números – quase 100 a menos do que no início do projeto – se dá por razões que vão desde o falecimento dos titulares dos imóveis ao longo de quase 10 anos de espera, muitos deles sendo idosos, envolvendo também pressões por parte da prefeitura de Belém. Em pelo menos duas oportunidades presenciamos o titular da Secretária Municipal de Habitação propor aos moradores que aderissem ao Programa Minha Casa, Minha Vida, o que implicaria a desistência das unidades no Portal da Amazônia e a exclusão dos moradores de seu espaço de pertencimento.

3 | A LÓGICA EXCLUDENTE DA URBANIZAÇÃO CAPITALISTA

Identifica-se o processo de expansão das cidades orientado pela segregação sócio-espacial, econômica e cultural. Essa segregação ganha aparência de um processo “natural” de organização da cidade. A cidade passa a expressar de forma enfática as desigualdades das relações sociais, cuja consequência na vida dos sujeitos é a degradação de sua humanidade” (FARAGE, 2014, P.247).

As experiências ocorridas no Portal da Amazônia em Belém (PA) exemplificam o que Farage (2014) caracteriza como os desdobramentos – no mundo urbano – de

um processo de desenvolvimento capitalista desigual e combinado. As cidades são a materialização das políticas de modernização que se combinaram a estruturas conservadoras, produzindo impactos que atingiram a sociedade brasileira como um todo. A abertura econômica ao capital internacional que começa a partir da década de 50, que culminou na modernização autoritária dos governos ditatoriais dos militares, representou a inserção da Amazônia nas dinâmicas da acumulação capitalista a nível global. Ao mesmo tempo essas transformações não refletiram a superação de questões estruturais ligadas à formação política e econômica do Brasil e da Amazônia. Muito pelo contrário, houve o recrudescimento das formas arcaicas de concentração fundiária e de espoliação da força de trabalho, o que alterou as relações no *continuum* campo-cidade, com suas especificidades na Amazônia.

Manifestam-se então as expressões da questão social em cidades como Belém, como reflete Nascimento (2012, p.179):

As transformações na estrutura urbana das cidades na Amazônia se dão em meio a uma conjuntura econômica neoliberal, que aprofunda a precariedade e/ou inexistência de políticas públicas, tanto na área urbana como na área rural, contribuindo, dessa forma, para um processo de empobrecimento generalizado da sua população.

Para a autora citada, uma dessas expressões é o aparecimento de assentamentos precários, que em cidades amazônicas tem bastante incidência em áreas próximas a igarapés que recortam a cidade e na própria orla fluvial. Essa forma de ocupação do território evidencia estratégias e modos de vida ribeirinhos, próprios a uma população que migrou para a cidade trazendo suas práticas e visões de mundo de seus locais de origem. Ao mesmo tempo, a ocupação dessas áreas reflete o processo desigual de formação das cidades, onde as camadas médias e altas ocupam as melhores terras – altas e secas – restando às camadas populares o estabelecimento de uma “cidade informal” que se desenvolve próxima aos cursos d’água onde há risco de inundação, ausência de infraestrutura viária e serviços básicos como esgotamento sanitário e abastecimento de água, assim como o maior risco de proliferação de doenças de veiculação hídrica. As palafitas, como são chamadas grande parte das moradias em assentamentos precários no contexto amazônico, constituem formas de arquitetura popular pensadas como estratégias de conquista e adaptação no meio urbano, mas também expressam uma situação de intensa vulnerabilidade social e ambiental da classe trabalhadora na cidade.

Em Belém a área do Portal da Amazônia era composta por casas palafitadas que avançavam sobre o Rio Guamá. No ano de 2007 foram criadas as condições para um ambicioso projeto de reconfiguração da orla de Belém. Estavam previstas obras em uma extensão de 8,2 quilômetros margeando a orla sul do Rio Guamá. Neste contexto a população da área se configurava como alvo do Programa de Erradicação de Palafitas do Governo Federal, cabendo à prefeitura a execução da obra.

O Projeto Orla, como foi chamado, também está relacionado ao PROMABEN, o Programa de Macrodrenagem da Bacia da Estrada. Ainda em andamento, este programa é financiado pelo BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), também contando com recursos municipais. O Projeto Orla – assim como o seu projeto habitacional para os moradores remanejados – se constituiu como uma contrapartida da prefeitura ao empréstimo do BID (CRUZ, 2012). O Projeto Orla seria realizado a partir de recursos locais, com financiamento da Caixa Econômica Federal, no contexto do Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC (BELÉM, 2008).

Removidos de suas casas para a realização das obras e com a promessa da prefeitura municipal de que em dois anos todos já teriam recebido unidades habitacionais no projeto de moradia popular a ser construído na própria orla, os moradores nunca voltariam para o lugar onde antes moravam. Ao invés disso, permaneceram recebendo um auxílio-moradia que não é suficiente para satisfazer suas necessidades mais básicas, começando pela própria moradia digna. Conforme o já citado Plano de Reassentamento (BELÉM, 2008), o valor do auxílio-moradia a ser recebido pelas famílias em 2008 era de 450 reais. Passados 10 após a remoção, houve irrisórios reajustes do auxílio, o qual agora corresponde a 520 reais, evidentemente um valor abaixo do mercado.

Alguns fatores contribuem para os impactos negativos na qualidade de vida dos moradores que permaneceram em auxílio-aluguel ao longo de 10 anos. O primeiro é a perda da referência espacial e afetiva que é a casa da família, cuja conquista se associa ao processo de adaptação e domesticação do território – quase sempre sobre o alagado – assim como as melhorias por conta própria na infraestrutura da vizinhança diante da ausência do Estado. A essa perda, segue-se as sucessivas mudanças de uma casa alugada para outra ao longo dos anos. Alguns moradores relatam que já se mudaram 5 vezes desde que perderam suas casas, ora porque o proprietário solicitou de volta o imóvel alugado, ora devido à insuficiência do auxílio-moradia para custear aluguéis que sofrem reajustes anuais. Nos sucessivos processos de mudança móveis e eletrodoméstico são avariados, artigos domésticos frágeis se quebram e grande parte do patrimônio das famílias é reduzida.

Também é necessário reforçar que a maioria dos moradores em auxílio-aluguel optou por permanecer nas adjacências de onde moravam anteriormente, sobretudo em logradouros do bairro do Jurunas próximos à orla. Essa escolha se deu principalmente pela proximidade do trabalho e pela presença de laços afetivos e familiares no bairro, o que também implica estratégias de sobrevivência sobretudo para os mais velhos, que eventualmente necessitam de algum tipo de assistência de parentes e amigos. Porém, a própria intervenção do Projeto Orla, criando um concorrido ponto turístico em um bairro historicamente popular, contribuiu para a valorização da região, atraindo o capital imobiliário e elevando o custo de vida na forma de aluguéis, tributos e serviços mais caros, o que torna a vida no bairro cada vez mais inviável não apenas para aqueles que estão recebendo um auxílio-moradia com valor insuficiente, mas para a

classe trabalhadora como um todo residente na área.

Logo, há um processo de expulsão dos moradores da região orientado pela lógica do mercado. O Estado, representado pela prefeitura municipal, é conivente com este processo na medida em que nunca concluiu as unidades habitacionais prometidas, ao mesmo tempo em que não reajusta o auxílio-aluguel pra possibilitar aos moradores uma vida digna sem a necessidade de se mudarem para bairros onde o aluguel e o custo de vida sejam menos elevados.

Observa-se, nesse caso, uma economia política da moradia em Belém, em que a produção do espaço urbano transforma os modos de distribuição e apropriação (consumo) do solo urbano. A intervenção urbanística reconfigura o bairro para novos usos, atraindo novos moradores, empreendimentos e especuladores. Esse processo impacta agressivamente os moradores locais – entre os quais aqueles que estão no auxílio-aluguel constituem um dos grupos mais vulneráveis – forçando-os a se deslocarem de espaços valorizados para áreas distantes e sem infraestrutura, seguindo assim a lógica da urbanização no capitalismo.

Até 2017 nenhuma solução oferecida pelo poder público aos moradores do Projeto Portal da Amazônia incluía a entrega das unidades habitacionais na orla e a permanência na área com qualidade de vida. Em audiência pública no auditório da Ordem dos Advogados do Brasil realizada em 05 de julho de 2017 a prefeitura, representada pelo secretário de habitação do município, não apresentou prazo, cronograma ou orçamento para a realização das obras. Também não apresentou proposta de reajuste para o auxílio-moradia. Ao invés disso, o secretário fez propaganda dos conjuntos habitacionais construídos através do Programa Minha Casa, Minha Vida e que tinham sido entregues na semana anterior. O secretário propôs que os moradores aderissem ao programa MCMV, desistindo assim das unidades habitacionais que lhes eram de direito no Portal da Amazônia. A proposta foi rechaçada pelo coletivo de moradores presentes, principalmente devido à localização do novo empreendimento, que se situava além da primeira légua patrimonial de Belém, cerca de 18 km de distância da área do Projeto Orla. Ainda assim, como soubemos mais tarde, alguns moradores cadastrados pela Associação dos Moradores do Portal da Amazônia estavam considerando a possibilidade de aderir à proposta da SEHAB e desistir de seus apartamentos na orla.

Esta decisão, entretanto, se deve a estratégias de sobrevivência familiar e ao desgaste ao longo de 10 anos de espera, além da falta de perspectiva sobre a conclusão do conjunto residencial no Portal da Amazônia. A própria proposta de migração para o MCMV sinalizava a falta de interesse da prefeitura – cujo foco da política habitacional evidentemente agora era outro – e de previsão para a realização das obras, gerando ainda mais insegurança entre os moradores e forçando-os a aceitar o que acreditavam ser o “certo” (unidades do MCMV) pelo “duvidoso” (unidades na orla). A proposta do secretário também transfere para os moradores uma responsabilidade que era da prefeitura a partir do momento em que foi assinado um contrato de entrega do imóvel por parte dos moradores e saída da área para o posterior retorno em um apartamento

no mesmo local. Além disso, há uma tentativa de reduzir uma luta coletiva, isto é, a permanência no Portal da Amazônia, a uma escolha individual, ou seja, de aceitar ou não uma unidade habitacional em outros projetos que estão sendo entregues entre 2017 e 2018.

O processo envolvendo os moradores do Portal da Amazônia expressa a lógica da financeirização da moradia alicerçada no ideário neoliberal, em que consta a desmobilização e enfraquecimento das lutas sociais; a fragmentação e a individualização de reivindicações coletivas; a negação da participação popular e a condução de processos políticos como se fossem meramente técnicos. Além disso, há conseqüências da financeirização das políticas públicas de habitação (ROLNIK, 2015), na medida em que o Estado perde grande parte da capacidade decisória sobre quando e onde construir habitação de interesse social, predominando interesses das agências de financiamento e das empresas responsáveis pelas obras. Ao Estado, no caso as prefeituras, cabe o papel de negociar com as bases, conduzir os processos para obedecer a interesses privados e criar exceções dentro da legislação urbanística existente para livre ação do capital.

No Plano de Reassentamento (BELÉM, 2008) consta que o Projeto Orla incorporou as novas diretrizes da política urbana, definidas no Estatuto da Cidade em 2003 e originadas a partir das lutas históricas do Movimento Nacional pela Reforma Urbana. Estas diretrizes orientadas pelo novo marco legal preconizavam a garantia da permanência na área de moradores compulsoriamente deslocados em função de grandes obras. No entanto, no Portal da Amazônia os moradores tem sido pressionados e sutilmente chantageados para que abandonem a área, de modo que a orla seja utilizada para finalidades anteriormente já previstas. Os moradores, por sua vez, experimentam a precarização de suas condições de vida ou a mudança para bairros distantes, situação que exemplifica a lógica excludente e segregadora da urbanização capitalista em sua fase financeirizada.

4 | MOBILIZAÇÃO E RESISTÊNCIA POPULAR

As condições acima descritas desencadearam um intenso processo de luta e mobilização popular na Estrada Nova. Mobilizados pela Associação dos Moradores do Projeto Portal da Amazônia, os moradores da área têm buscado apoio jurídico da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/PA) e apoio científico da Universidade Federal do Pará através do PARU (Programa de Apoio à Reforma Urbana) e do GEP-CIHAB (Grupo de Estudos e Pesquisas Cidades, Habitação e Espaço Humano). A formação dessas redes está ligada à assessoria e à produção de subsídios para sustentar as denúncias feitas ao Ministério Público Federal e à Defensoria Pública da União. Estes órgãos foram acionados em razão de haver recursos federais nas obras do Projeto Orla nas quais houve irregularidades. Atualmente, o Ministério Público Federal busca

intermediar um acordo entre os moradores que não receberam seus apartamentos e a Prefeitura Municipal de Belém.

É importante lembrar que a emergência de movimentos como a Associação dos Moradores do Projeto Portal da Amazônia se dá em um contexto de impacto de grandes obras e do esquecimento da agenda da reforma urbana pelas últimas gestões do Governo Federal, acarretando a queda na qualidade de vida nas grandes cidades brasileiras, como aparece na análise de Maricato (2013). Nesta mesma conjuntura, estes movimentos emergem nos vazios institucionais deixados pelos mecanismos de participação popular cooptados ou ignorados pelos governos locais. Para Gohn (2003), este enfraquecimento e desorganização também é um efeito das políticas neoliberais. Embora a autora admita que os movimentos sociais no século XXI se transformaram, estes estão longe de acabar, atuando hoje em dia em outras plataformas como as redes sociais e estabelecendo relações em níveis que vão do regional ao global, como também temos observado nos trabalhos de assessoria e capacitação de movimentos sociais urbanos em Belém realizados pelo PARU.

Nota-se também uma tendência entre os movimentos sociais urbanos em Belém, que é de judicialização dos conflitos sociais. A judicialização não implica necessariamente o envolvimento do Poder Judiciário em si na resolução dos conflitos, podendo também estar ligada à prática de recorrer a estruturas administrativas ligadas à justiça como o Ministério Público Estadual ou Federal, que passam a atuar como mediadores entre a população e o poder público dentro de uma perspectiva de defesa de direitos. Apesar das limitações dessa forma de resolução de conflitos em função do próprio caráter classista da justiça brasileira, estas alianças são estratégicas para os movimentos sociais na medida em que lhes confere visibilidade, oportunidade de dialogar com agentes do Estado e acesso a informação quando há pouca transparência por parte da prefeitura e da SEHAB, assim como se observam os efeitos pedagógicos de socialização e compreensão crítica das estruturas do Estado burguês por parte dos integrantes dos movimentos sociais em questão.

Em audiência pública no dia 07 de fevereiro de 2018, foram sinalizadas alternativas aos moradores diante da demora da entrega dos apartamentos na orla. O encaminhamento dado pelo Ministério Público Federal à questão reproduziu a lógica da fragmentação proposta pela prefeitura. Em reunião posterior, com assessoria do PARU, os moradores identificaram aquelas que seriam as suas opções para resolução do problema da moradia: 1) Permanecer aguardando as unidades habitacionais do Projeto Portal da Amazônia, dentro da prioridade para os moradores que receberão as 80 unidades previstas em 2018; 2) Permanecer aguardando as unidades habitacionais do Projeto Portal da Amazônia, pressionando a prefeitura para a conclusão das 261 unidades restantes na orla; 3) Aderir ao Programa Minha Casa, Minha Vida na Avenida Bernardo Sayão em esquina com a Travessa Quintino Bocaiúva; 4) Judicializar a questão individualmente para receber indenização no lugar da casa.

A primeira opção exige que antes de tudo devam ser estabelecidos com a

comunidade os critérios de priorização. A segunda implicaria na continuidade do processo de luta e reivindicação dos moradores para permanência na orla. A terceira opção é a aparentemente mais viável para os moradores desgastados com uma espera de 10 anos, embora signifique a renúncia do direito de permanecer na orla, conforme foi firmado em acordo com a prefeitura em 2008. A quarta alternativa não é bem vista pelo procurador e pelos moradores devido aos custos e à demora no julgamento das ações individuais. Além disso, os moradores dificilmente comprariam uma casa em regiões próximas ao Portal da Amazônia com o dinheiro das indenizações.

No dia 24 de fevereiro os moradores se reuniram para deliberar sobre as alternativas que foram propostas. Houve dificuldade em estabelecer os critérios de prioridade para entrega das primeiras 80 unidades. Há aqueles que defendem a priorização dos mais idosos e pessoas com necessidades especiais. Outros defendem o critério de ordem de assinatura do termo de remanejamento, conforme o projeto foi planejado em 2008, sem a previsão de qualquer tipo de prioridade. Outro grupo argumenta a favor das famílias mais antigas da comunidade, as quais deveriam receber as primeiras 80 unidades previstas na licitação atual. Tendo em vista que as 80 unidades excedem o número de idosos e pessoas com necessidades especiais na comunidade, os moradores optaram pelo critério da ordem de assinatura do termo de remanejamento, excetuando os idosos e pessoas com necessidades especiais, que serão atendidos primeiro.

Os moradores também chegaram ao consenso de que não há necessidade de se deslocarem e aceitarem moradia fora da Orla. Na semana anterior uma equipe formada pelo PARU e pelo GEMAC (Grupo de Estudos em Meio Ambiente e Cidadania/UEPA) mapeou os terrenos na área constatando a presença de vazios urbanos para a construção de projetos de habitação popular. Além disso, na audiência pública ocorrida no Ministério Público Federal no dia 07 de fevereiro os representantes da Caixa Econômica Federal e da Coordenadoria Geral da União garantiram a existência de recursos para as obras no Portal da Amazônia. Logo, os moradores compreendiam que não havia problemas relacionados ao financiamento para as obras e nem à disponibilidade de terras. Por isso, optaram em continuar na orla pressionando a prefeitura para a conclusão não apenas das 80 unidades licitadas para 2018, mas de todas as unidades restantes, beneficiando as 288 famílias que ainda estão vivendo com auxílio-aluguel.

É verdade que a decisão não foi unânime e que muitos moradores ainda se sentem atraídos pela possibilidade de receberem um apartamento no projeto habitacional do Programa MCMV na Bernardo Sayão em esquina com a Quintino Bocaiúva, sobretudo em função da provável demora na entrega de todas as unidades na orla. No entanto, é notável que tenha se destacado a opção que aponta na direção de uma resolução coletiva do conflito com vistas a beneficiar todos os moradores que foram removidos da orla, em contraposição à lógica fragmentária proposta pelo Estado e reforçada pelos órgãos administrativos da justiça. A assembleia geral deliberou o projeto comum

de permanência na área, conferindo novo fôlego à luta pelo território nos moldes do ideário da Reforma Urbana e do Direito à Cidade.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

No jornal Diário do Pará do dia 11 de março de 2018 uma notícia chamou atenção dos membros da Associação dos Moradores do Projeto Portal da Amazônia:

Agora é pra valer. Foi assinada na sexta, em São Paulo, a venda da área privilegiada de 31 mil metros quadrados na Bernardo Sayão com frente para o Portal, onde funcionou a São Bernardo Industrial. Carlos Câmara fechou o negócio com o Grupo Carrefour. No local surgirá o terceiro ponto do Atacadão em Belém [...].

A notícia que rápido se espalhou nas redes sociais reforça o que foi discutido ao longo deste artigo. Não só há um projeto de classe para a conquista dos espaços ribeirinhos da cidade, como também os grandes projetos urbanísticos como o Portal da Amazônia (ou Projeto Orla) seguem o paradigma do planejamento estratégico (VAINER, 2011) ou seja, são realizadas grandes obras públicas capazes de criar facilidades para a instalação de empreendimentos privados, como se a cidade fosse uma empresa a auferir o retorno financeiro de seus investimentos, permanecendo seus habitantes – sobretudo os pobres – em segundo plano. Nesse sentido, os vazios urbanos ainda existentes em locais estratégicos como a nova orla são incorporados pela iniciativa privada, que também se beneficia pela valorização da área e pela infraestrutura urbana implementada pelo Estado.

As dúvidas e boatos entre os moradores deslocados pela obra aumentam em função de acontecimentos como o que foi mostrado no trecho da notícia. Em nenhuma reunião com representantes da prefeitura a compra do terreno pelo grupo empresarial foi mencionada. É certo que os terrenos destinados à moradia popular ainda não foram apropriados por agentes do capital imobiliário ou comercial. No entanto, a especulação imobiliária e as pressões sobre os moradores da área somadas à falta de transparência e eficiência da gestão municipal mantém os moradores em clima de insegurança sobre o seu futuro. Ao mesmo tempo, também observa-se o contrário: com o convencimento de que há grandes interesses envolvendo o solo urbano onde seriam construídas as moradias, a mobilização popular na área do Projeto Orla pode se fortalecer pela defesa do território, pela necessidade de fazer a prefeitura cumprir o acordo que fez com os moradores em 2008 e, por fim, pelo direito à cidade.

REFERÊNCIAS

BELÉM. Secretaria Municipal de Habitação. Prefeitura Municipal de Belém. **Plano de Reassentamento Portal da Amazônia/Orla**. Belém, 2008.

BORJA, Jordi. Grandes projetos metropolitanos: mobilidade e centralidade. In: ALMEIDA, M. A. R. de.

(org.). **O Centro da Metrópole: reflexões e propostas para a cidade democrática do século XXI**. São Paulo: Ed. Terceiro Nome/Viva o Centro/Imprensa Oficial do Estado, 2001, p. 73-85

CRUZ, Sandra H. R. **Grandes Projetos Urbanos, Segregação Social e condições da moradia em Belém e Manaus**. 2012. 317f. Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

DIÁRIO DO PARÁ. **Atacadão na Cidade Velha**. 11 mar. 2018.

FARAGE, Eblin. Experiências profissionais do serviço social nos movimentos sociais urbanos. In: ABRAMIDES, Maria Beatriz; DURIGUETTO, Maria Lúcia. (Orgs.). **Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária**. São Paulo: Cortez, 2014. P. 245-262

GOHN, Maria da G. Movimentos sociais na atualidade. In: GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais no Início do Século XXI: antigos e novos atores sociais**. Rio de Janeiro: Vozes, 2003. P.11-88

HARVEY, David. O direito à cidade. **Lutas Sociais**, São Paulo, n.29, p.73-89, jul./dez. 2012.

IANNI, Otávio. A construção da categoria. **Revista HISTEDBR**On-line, Campinas, número especial, abr. 2011 p. 397–416.

NASCIMENTO, Nádia F. A questão agrária, urbana e ambiental na Amazônia Brasileira: notas para o debate. **Temporalis**, Brasília, ano 12, n. 24, p. 171-189, jul./dez. 2012

MARICATO, Ermínia. É a questão urbana, estúpido! In: MARICATO, Ermínia (org.). **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013.

PONTE, Juliano Ximenes. A orla de Belém: intervenções urbanísticas, ações políticas e devolução do espaço. In: Celio Claudio Lobato (et al.) **Um olhar sobre aspectos da infra-estrutura e do planejamento urbano em Belém do Pará**. Belém: Editora Cesupa, 2005.

_____. Sustentabilidade, desenvolvimento e planejamento urbano: reconfiguração das margens fluviais de Belém. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v.8, n.1, p.27-44. mai., 2006.

PRATES, Jane C. A pesquisa social a partir do paradigma dialético-crítico: do projeto à análise do dado. In: FERNANDES, Idília; PRATES, Jane C. (orgs.). **Diversidade e estética em Marx e Engels**. Campinas: Papel Social, 2016.

RODRIGUES, Carmen I. O bairro do Jurunas, à beira do Rio Guamá. **Revista Mosaico** v.1, n.2, p.143-156, jul./dez., 2008.

ROLNIK, Raquel. **A Guerra Dos Lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

VAINER, Carlos B. **Pátria, empresa e mercadoria**. In: ARANTES Otilia; VAINER Carlos; MARICATO, Ermínia (orgs.). A cidade do pensamento único. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011, pp. 75-103.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-050-6

